

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## PROJETO DE LEI Nº 1.847, DE 2022

Dispõe sobre a possibilidade do pagamento de fiança via Pix, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado JOSÉ NELTO

**Relator:** Deputado DELEGADO CAVEIRA

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.847, de 2022, de autoria do nobre Deputado JOSÉ NELTO, visa, nos termos da sua ementa, a dispor sobre a possibilidade do pagamento de fiança via Pix.

Em sua justificação, o Autor invoca o pagamento de fiança via PIX com a finalidade de “conferir agilidade ao procedimento, sem comprometer sua segurança”, alegando que não ser raro os detidos ou seus familiares terem dificuldades para quitar o valor arbitrado para a fiança em razão das limitações decorrentes das transações via TED ou DOC e, também, dos horários em que os saques são permitidos.

Diz da praticidade, instantaneidade e segurança desse meio de pagamento, que pode ser realizado a partir de uma conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga, sendo possível sua utilização quando não for possível a emissão de guia de depósito ou boleto para cobrança da fiança judicialmente arbitrada.

Ainda, de acordo com o Autor, “imediatamente após o pagamento, o titular deverá apresentar um recibo, que será anexado aos autos de investigação ou processo e também constará na certidão juntada aos autos e no livro de fiança”.



Apresentado em 1º de julho de 2022, o Projeto de Lei nº 1.847, de 2022, em 6 do mesmo mês, foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (mérito) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD) sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD) no regime de tramitação ordinária (art. 151, III, RICD).

Aberto o prazo de 5 (cinco) sessões a partir de 19 de julho de 2022, o mesmo foi encerrado em 29 de agosto de 2022 sem que houvesse apresentação de emendas.

Reaberto o prazo de 5 (cinco) sessões a partir de 28 de março de 2023, o mesmo foi encerrado em 12 de abril de 2023, sem que houvesse apresentação de emendas.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em pauta vem a esta Comissão Permanente por tratar de matéria relativa à legislação penal e processual penal nos termos da alínea “f”, do inciso XVI do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Endossamos integralmente a argumento do nobre Autor desse Projeto de Lei, pois a adoção do Pix como meio de pagamento de fiança traz inúmeras vantagens por diminuir a burocracia, dispensar o uso de cartões e de guias de recolhimento, estar disponível 24 horas todos os dias, úteis e não úteis, exigir apenas o aparelho celular como o equipamento necessário para a sua utilização e, ainda, porque é praticamente instantânea a transferência em até 10 segundos, sem custo para as pessoas físicas e com extrema segurança.

Desse modo, o seu uso para o pagamento de fianças arbitradas judicialmente representa, sem dúvida, uma considerável evolução no âmbito da nossa legislação processual penal.



Em face do exposto, no MÉRITO, votamos pela APROVAÇÃO  
do Projeto de Lei nº 1.847, de 2022.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado DELEGADO CAVEIRA  
Relator

